



Grupo Municipal

Faz hoje 3 semanas que esta assembleia Municipal foi solicitada para votar um ponto vindo da Câmara Municipal, contendo documentação errada. A presidência não reparou nesta falha, na reunião de câmara ninguém reparou nesta falha, na assembleia municipal, o partido CHEGA reparou, e sugeriu que o Presidente de Câmara retirasse o ponto e tratasse de colocar a documentação em ordem. Levantou-se uma série de opiniões, o Sr. Presidente disse que não se oporia mas que era uma completa desnecessidade, que a diferença deste documento para o corrigido era nenhuma tirando a designação, que o documento é um copy-paste que se viesse sem nome nunca teria problema. A bancada do partido socialista ainda propôs que se admitisse como um lapso e se alterasse o documento vindo da Câmara Municipal, mas o Sr. Presidente de Câmara acabou por retirar o ponto em discussão. O Sr. Presidente também assumiu algo importante, assumiu que caso a documentação tivesse ido errada também para a Reunião de Câmara que a aprovou, que se faria retificação em Reunião de Câmara e depois seria mandado para aqui, Assembleia Municipal. Mas não foi o que aconteceu. A documentação agora apenas apresenta enormes diferenças relativamente à original, nomeadamente um Programa de Concurso completamente diferente com teores diferentes, artigos suprimidos, artigos alterados e artigos adicionados. Esta bancada não irá jamais ser conivente com a votação de documentação como sendo remetida pela Câmara Municipal, quando na verdade é diferente. Independentemente da relevância que o Sr. Presidente da Câmara escolha conferir às peças adulteradas, e algo que no limite consubstancia uma falsificação de documento público. Sobre o objecto do compromisso plurianual em si. A higienização dos contentores e ilhas é uma competência básica de qualquer município. Se não lavarmos os contentores teremos mais doenças. É simples assim. As Câmaras Municipais sempre lavaram os seus contentores, sempre tiveram dois funcionários para isso. Mas como demonstra este compromisso financeiro de quase meio milhão de euros, a Câmara de Lagos já não consegue ser ou não pretende ser autónoma nesta competência. O mais incompreensível de explicar aos munícipes é o facto da Câmara Municipal de Lagos ter feito tantas contratações como tem feito ultimamente, e não ter sido capaz de reforçar o seu quadro de pessoal operário. Como é que explicamos que não se contratou pessoal para o departamento de ambiente? Será que é uma estratégia intencional do executivo? Como é que explicamos adjudicar um serviço externo simples a ser executado por dois funcionários, a custar mais de 13mil euros por mês. É precisamente esta justificação que não consta na informação do departamento. Não existe qualquer informação técnica-financeira que explique a falta de recursos próprios ou demonstre que contratar o serviço externo tem vantagens em relação à execução com recursos próprios. Face à monumental trapalhada que o executivo

socialista geriu este procedimento, com falta de informação técnica que o justifique, com submissão de documentação errada, com o fazer passar na Assembleia Municipal documentação não aprovada em RC, e com a deliberada opção política de destruição dos recursos próprios para poder externalizar as suas competências mais básicas, protestamos e votamos contra.

Lagos, 29 de maio de 2023

Os eleitos pelo CHEGA

Paulo Rosário Dias